

escolar para os alunos do ensino básico e as crianças dos jardins de infância, da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Grilo
pág. 972 (410)

- **Deliberação n.º 195/AML/2019 - Proposta n.º 247/CM/2019** - Repartição de encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, para os anos económicos de 2019, 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Concurso Público para «Aquisição de serviços de reparação de suspensões em viaturas da Frota Municipal», nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Carlos Manuel Castro
pág. 972 (456)

- **Deliberação n.º 196/AML/2019 - Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 249/CM/2019** - Repartição de encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, para os anos económicos de 2020 a 2022, no âmbito do Concurso Público para a aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da Frota Municipal de marca IVECO, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Carlos Manuel Castro
pág. 972 (457)

- **Deliberação n.º 197/AML/2019 - Apreciação do ponto 3 da parte deliberativa da Proposta n.º 271/CM/2019** - Repartição dos encargos e assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito do Protocolo do Quadro de Cooperação relativo ao Projeto da Obra Completa Pombalina, para os anos económicos 2019 a 2023, nos termos da proposta - Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto
pág. 972 (502)

66.ª Reunião / Sessão Ordinária de abril (3.ª Reunião) - Realizada em 2019/04/30 - 3.º Extrato parcial:

- **Deliberação n.º 198/AML/2019 - Proposta n.º 246/CM/2019** - Assunção de Compromissos Plurianuais, no âmbito do Concurso público para a «Aquisição de mobiliário escolar para jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo, da rede pública da cidade de Lisboa», para os anos de 2019 e 2020, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Grilo
pág. 972 (532)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

66.ª Reunião / Sessão Ordinária de abril (3.ª Reunião) - Realizada em 2019/04/30 - 2.º Extrato parcial

DELIBERAÇÃO N.º 190/AML/2019

Voto n.º 066/01 - “Voto de Pesar pelo filantropo Franz Weber”

Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovado por unanimidade

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Voto de Pesar pelo filantropo Franz Weber

No passado dia 3 de abril de 2019, morreu o filantropo Franz Weber. Nascido a 27 de julho de 1927, em Basileia, na Suíça, foi jornalista e repórter e dedicou a maior parte da sua vida à defesa de causas como a proteção ambiental e animal.

Sendo um interessado em ecologia e conservação, tornou-se numa referência incontornável na proteção e defesa do meio ambiente e dos animais, criando em 1975 a Fundação com o seu nome – Fundação Franz Weber (FFW).

Entre os muitos exemplos da sua intervenção, destaca-se a defesa do Vale Engadina dos Lagos, através do qual conseguiu que o Governo Federal Suíço declarasse aquela zona como uma “Região de Conservação Nacional”, que ficou assim sob a proteção do Estado.

DELIBERAÇÃO N.º 197/AML/2019

Apreciação do ponto 3 da parte deliberativa da Proposta n.º 271/CM/2019 – Repartição dos encargos e assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Protocolo Quadro de Cooperação relativo ao projeto da Obra Completa Pombalina, para os anos económicos 2019 a 2023, nos termos da proposta. Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto

Votação na CML:

Aprovada por unanimidade

Votação na AML:

Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ 8 IND – **Contra:** CDS-PP – **Abstenção:** PAN/ PPM

O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou uma “Declaração de Voto” retificando o respetivo sentido de voto na Proposta n.º 271/CM/2019, declaração anexa à Ata em Minuta e que dela faz parte integrante. A referida retificação não altera o resultado final da votação.

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário nestas votações)

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

Com a necessária correção do erro material, abaixo identificado:

No corpo deliberativo (3.ª página)

Onde se lê:

“(…) a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º. 75/2013 (...)”

Deve ler-se:

“(…) a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º. 75/2013 (...)”

PROPOSTA N.º 271/2019

-Retificada-

Aprovar as bases para a cooperação no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a respetiva minuta de Protocolo de Cooperação e transferência de verba, bem como submeter à autorização da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção dos encargos plurianuais, nos termos da proposta

Pelouro: Cultura

Serviço: Direção Municipal de Cultura

Considerando que:

As Grandes Opções do Plano do Município de Lisboa para o quadriénio 2019/2022 preveem, na medida 14 do Eixo D (Afirmar Lisboa como Cidade Global), *«Continuar o investimento na cultura, no património material e imaterial, na criatividade artística, de modo a fomentar o diálogo permanente entre passado, presente e futuro, bem como a criação e reinvenção da identidade coletiva e a construção dos sentidos de pertença.»*;

Nos termos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, o Município de Lisboa promove e salvaguarda os interesses próprios da respetiva população no domínio do património e da cultura, sendo que compete à Câmara Municipal de Lisboa assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do município e apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o município;

No quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da Cultura, o Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, atribui às câmaras municipais competências para promover, apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património cultural, promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural e articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam objetivos afins na área do município;

À Direção Municipal de Cultura compete, nos termos do Ajustamento à Orgânica dos Serviços Municipais, Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível, do Município de Lisboa, publicado na II Série do «Diário da República» n.º 169, de 3 de setembro de 2018, através do Despacho n.º 8499/2018, coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e ações, designadamente, para salvaguarda e valorização do património cultural e promoção e internacionalização da cultura da cidade de Lisboa;

A história da cidade de Lisboa, para além das diversas personalidades que contribuíram para a sua riqueza e diversidade, possui em Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e ministro plenipotenciário do Rei D. José I, uma figura incontornável e inquestionável da respetiva história e, por esse motivo, o Município de Lisboa não poderia deixar de estar associado como mecenas promotor de um Projeto que procura executar a investigação científica sistematizada da obra completa tendo por desiderato a respetiva edição e fruição pública;

A personalidade e a obra do Marquês de Pombal permanecem algo enigmáticas, desconhecidas e pouco divulgadas, seja junto dos munícipes como daqueles que visitam a cidade de Lisboa, em parte, por serem escassos ou contraditórios os estudos feitos em Portugal sobre a respetiva obra;

A obra do Marquês de Pombal, eminentemente constituída por manuscritos e impressos, muitos deles inéditos, merece, em virtude da sua importância histórica, política, filosófica, pedagógica, jurídica, religiosa, urbanística e artística, não só para a cidade de Lisboa como para a formação do Estado contemporâneo nacional, uma edição global devidamente enquadrada e criticamente anotada precedida por um trabalho rigoroso de pesquisa, investigação e estudo que culminará na edição da sua obra completa;

A esmagadora maioria destes escritos e impressos encontra-se dispersa um pouco por todo o mundo, por terem sido deslocalizados para o estrangeiro ao longo dos séculos;

O projeto de investigação incidirá igualmente sobre obras de outros autores, cuja orientação científica é atribuída ao próprio Marquês de Pombal: *Relação Abreviada* (1757), *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768) e *o Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771);

A direção do projeto de investigação caberá aos Professores Doutores José Eduardo Franco – autor do projeto científico de investigação - Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques, que irão coordenar os trabalhos de investigação protagonizados por um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores altamente qualificados;

São parceiros neste Projeto, para além do Município de Lisboa, a Fundação Millennium BCP, a Fundação Marquês de Pombal e o Município de Oeiras que assumem igualmente a qualidade de mecenas promotores, imprescindível para o início e desenvolvimento dos trabalhos;

O Projeto contará, ainda, com o apoio de diversas Universidades, Centros de Investigação, bibliotecas e arquivos nacionais e internacionais;

A gestão financeira e operacional do Projeto será desempenhada pelo Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, secretariando a relação com as entidades parceiras, visando concretizar a edição da obra completa pombalina, anotada criticamente e comentada, de forma a torná-la acessível ao grande público de língua portuguesa em todo o mundo lusófono;

O orçamento para o início e desenvolvimento do Projeto ao longo dos cinco anos de duração do mesmo prevê uma contribuição financeira a prestar pelo Município de Lisboa de € 50.000 (cinquenta mil euros) em cada ano, pelo que a assunção dos encargos plurianuais terá de ser, nos termos da lei, aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa por não estar abrangida pela autorização genérica prévia à assunção de compromissos plurianuais conferida à Câmara Municipal de Lisboa através da Deliberação n.º 548/AML/2018, de 20 de dezembro (Proposta n.º 718/CM/2018, com as alterações introduzidas pela Proposta n.º 718-A/CM/2018), publicada no 6.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1297, de 27 de dezembro de 2018.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugado com as alíneas o), t) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações em vigor, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- 1) Aprovar as bases para a cooperação no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a minuta de Protocolo de Cooperação destinada a formalizar essa cooperação, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
- 2) Aprovar a transferência de verba para o ano de 2019 no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) tal como previsto no referido protocolo;
- 3) Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa:
 - a) A prévia autorização da repartição dos encargos, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos números 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com o apoio financeiro no âmbito do Protocolo Quadro de Cooperação relativo ao projeto da Obra Completa Pombalina, totalizando a quantia global de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), para os seguintes anos económicos:

Anos	Valor do apoio financeiro
2019	50.000,00 €
2020	50.000,00 €
2021	50.000,00 €
2022	50.000,00 €
2023	50.000,00 €
Total	250.000,00 €

- b) A assunção de compromissos plurianuais, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º, e na alínea c), do número 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

A despesa prevista para 2019 tem cabimento na Ação do Plano D2.P003.06 (40374) da rubrica económica 04.07.01 da Orgânica S21.00 do orçamento em vigor.

Protocolo Quadro de Cooperação relativo ao Projeto “Obra Completa Pombalina”

Considerando:

1. Que a profunda influência que Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, como ministro fundamental do rei D. José, teve um impacto significativo no curso da história portuguesa e internacional do século XVIII e que a inexistência da sua obra completa representa uma lacuna que obstaculiza fortemente as investigações históricas em diferentes áreas, sobre este período histórico em Portugal, a mentalidade iluminista e a formação do contemporâneo Estado nacional;
2. Que um grupo de instituições públicas e privadas de diferentes domínios reconhecem no presente projeto mérito e excelência e manifestam o seu desejo de se associar como promotoras de um projeto de investigação científica e editorial em larga escala;
3. Que o Ministério da Cultura emitiu uma declaração de interesse cultural do projeto em causa, datada de 8 de agosto de 2017, para efeitos de Mecenato Cultural e respetivos benefícios fiscais;
4. Que os Municípios de Lisboa e Oeiras reconhecem no Marquês de Pombal, por diferentes razões, uma figura incontornável e inquestionável da respetiva história e, por esse motivo, não poderiam deixar de estar associados como contraentes originários de um projeto que procura executar a investigação científica sistematizada da obra completa tendo por desiderato a respetiva edição e fruição pública;
5. Que a Fundação Marquês de Pombal promoveu de forma ativa e decisiva a congregação de esforços para a concretização de um projeto de relevo na

cultura portuguesa e internacional;

6. Que a Fundação Millennium BCP acolheu o presente projeto e contribuiu de forma decisiva para a criação de sinergias institucionais com vista à sua viabilização e prossecução;
7. Que a coordenação científica fica sob a responsabilidade da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização sediada na Universidade Aberta sob a tutela do seu Reitor;
8. Que o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes assume a gestão financeira, secretariando a relação com as entidades parceiras, visando concretizar a edição da obra completa pombalina, anotada criticamente e comentada, de forma a torná-la acessível ao grande público de língua portuguesa em todo o mundo lusófono;

Entre

Primeiro: Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município 38, 1100-038 Lisboa, através do Órgão Executivo Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado por **Fernando Medina Maciel Almeida Correia**, na qualidade de Presidente que outorga ao abrigo das competências legais próprias adiante designada por **Município de Lisboa**, ou **primeiro contraente**.

Segundo: Município de Oeiras, pessoa coletiva n.º, com sede no Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras, neste ato representada por **Isaltino Afonso Moraes**, na qualidade de Presidente da Câmara ao abrigo de competências próprias, adiante designada por **Município de Oeiras**, ou **segundo contraente**.

Terceiro: Fundação Millennium BCP, pessoa coletiva n.º XX, com sede na Rua Augusta n.º 84, 1100-026 Lisboa, neste ato representada por

_____, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, com poderes para o ato nos termos dos respetivos estatutos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por **FMBCP**, ou **terceiro contraente**.

Quarta: Fundação Marquês de Pombal, pessoa coletiva n.º 502 901 896, com sede na Palácio dos Aciprestes, Avenida Tomaz Ribeiro, n.º 18, 2795-183, Linda-a-Velha, neste ato representada por **Armindo Carlos Cortez de Azevedo**, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, adiante designada por **FMP**, ou **quarta contraente**.

Quinta: Universidade Aberta, pessoa coletiva pública n.º 502 110 660, com sede na Rua da Escola Politécnica, n.º 141-147, 1269-001 Lisboa, neste ato representada por **Paulo Maria Bastos da Silva Dias**, portador do cartão de cidadão n.º XX, com a data de validade XX, contribuinte fiscal n.º XX, na qualidade de Reitor, adiante designada por **UAb**, ou **quinta contraente**.

Sexto: Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, pessoa coletiva n.º 508 483 247, com sede na Praceta João XXI, n.º 17, 1.º Esq. 2775-511 Carcavelos, neste ato representado por **Susana Mourato Alves de Jesus**, portadora do cartão de cidadão n.º 12131609/2ZX8, com a data de validade 19-12-2021, contribuinte fiscal n.º 234 090 618, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por **IECCPMA**, ou **sexto contraente**.

Em conjunto designadas “Partes”

É livremente celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo de cooperação (Protocolo), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. Pelo presente Protocolo estabelecem-se as bases para a cooperação entre as instituições acima identificadas no âmbito do projeto de investigação e edição da Obra Completa Pombalina (Obra), composta por todo o acervo escrito por Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, ou a ele atribuído ou escrito sob a sua orientação direta, cuja coordenação geral e gestão é assumida pelo IECCPMA e cuja coordenação científica é da responsabilidade do Professor Doutor José Eduardo Franco, Diretor da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização da Universidade Aberta, contando com a coordenação do Professor Doutor Pedro Calafate e do Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques, nos termos definidos no **Anexo I** ao presente Protocolo e parte integrante do mesmo.
2. O projeto de investigação e edição da Obra (Projeto) terá a duração de 5 (cinco) anos, prazo contado desde o momento da assinatura do presente Protocolo.
3. As Partes contraentes no presente Protocolo, com natureza jurídico privada, serão designadas por mecenas promotores em todos os materiais promocionais e científicos decorrentes do presente Projeto.
4. Designar-se-ão como mecenas associados as entidades de direito privado que venham a integrar o Projeto durante a sua execução, cuja aceitação está dependente da aprovação das Partes contraentes do presente Protocolo.
5. As Partes que revistam a natureza de pessoa coletiva pública ou análoga serão designadas em todos os materiais promocionais e científicos decorrentes do presente Projeto como Parceiros Promotores, quando sejam contraentes do presente Protocolo, e como Parceiros Associados, quando venham a integrar o projeto durante a respetiva execução.
6. É reservada a possibilidade de associação de entidades terceiras que contribuam

para a viabilização financeira e editorial do Projeto, de forma a atingir o orçamento global previsto, mediante a celebração de Protocolos Específicos com a entidade gestora, que definirão as respetivas obrigações, valor da contribuição financeira ou outra, e prazos de execução das prestações.

Cláusula 2.ª

(Direitos de autor)

1. Cabe ao IECCPMA assegurar junto dos investigadores e autores do Projeto a titularidade dos direitos de autor patrimoniais e morais da Obra, nos termos dos artigos 3.º, 9.º e 16.º do Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, incluindo os direitos de edição, para a língua portuguesa e em eventuais traduções, de todos os produtos editoriais resultantes da Obra, objeto do presente Protocolo.
2. Às Partes contraentes não pode ser exigido qualquer montante adicional como contrapartida da transmissão ou cedência dos direitos a que se refere o número anterior.
3. Nos termos do número 1 da presente cláusula, o proveito eventualmente proveniente das vendas dos produtos editoriais do Projeto reverterá para o IECCPMA, sendo consignado à atribuição de bolsas de investigação a jovens investigadores para o aprofundamento e promoção dos estudos sobre a Obra do Marquês de Pombal, no âmbito de uma linha de investigação sobre esta matéria.
4. O processo de atribuição de bolsas está sujeito a concurso público, e será da competência do IECCPMA e do seu Conselho Científico, com a participação de representantes designados pelas Partes como membros de um Conselho Consultivo, cujo parecer é vinculativo.

Cláusula 3.ª

(Orçamentação e Calendarização)

1. O Projeto tem a dotação global de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) englobando todo o trabalho científico relativo à investigação, recolha, cotejamento, transcrição, fixação, revisão e anotação dos textos que formarão a base da Obra e a criação de índices analíticos e glossários, e compreende as seguintes fases:
 - i) A Fase 1 contempla uma dotação inicial de 610.000,00 € (seiscentos e dez mil euros), correspondente ao financiamento assegurado pelas Partes ora contraentes;
 - ii) A Fase 2 relativa ao valor remanescente, computado em 390.000,00 € (trezentos e noventa mil euros), o qual será assegurado através dos mecenas/promotores associados que venham a integrar o Projeto durante a sua execução.
2. Uma vez atingido o valor global de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), a investigação poderá ser ampliada caso a entidade gestora do Projeto, após a recolha e investigação documental, apresente proposta fundamentada nesse sentido e esta venha a merecer a anuência expressa das Partes sob a forma de adenda ao presente Protocolo, uma vez exercidas as competências próprias dos órgãos municipais e estatutários que sejam Partes no presente Acordo.
3. Partindo dos valores de referência de mercado constantes no **Anexo II**, para uma tiragem mínima de 1.000 exemplares por cada edição, os custos editoriais de impressão e publicação, não estão contemplados no orçamento referido no n.º 1 desta cláusula.
4. Caso se revele necessário, os custos editoriais serão definitivamente orçamentados a partir do final do terceiro ano de execução do Projeto, e sujeitos à aprovação expressa de todas das Partes, assumindo a forma de adenda ao presente Protocolo.
5. Os Municípios de Lisboa e Oeiras receberão respetivamente 25 exemplares de cada volume da Obra publicada, cabendo às restantes Partes um exemplar de cada volume por cada 10.000 € (dez mil euros) de contribuição financeira para o Projeto.

6. Qualquer outro material ou iniciativa que possa surgir no decurso do Projeto, designadamente traduções seletas e/ou iniciativas científicas, como congressos e eventos, serão orçamentadas autonomamente e serão submetidas à aprovação das Partes.
7. O prazo de cinco anos de duração do Projeto inicia-se no momento da assinatura do presente Protocolo, na condição de o financiamento necessário para o primeiro ano de trabalhos ser disponibilizado à entidade gestora no prazo de sessenta (60) dias após a respetiva assinatura, de forma a que o plano de trabalhos decorra regularmente de acordo com o orçamento e cronograma definidos no **Anexo I**.
8. O prazo de duração do Projeto previsto no número anterior está sujeito a prorrogação caso haja atraso na transferência de verbas à entidade gestora e essa circunstância atrase os trabalhos previstos de forma significativa, sendo nesse caso o prazo prorrogado na proporção do atraso verificado nas referidas transferências.
9. O prazo de duração do Projeto está igualmente sujeito a prorrogação caso a entidade gestora do Projeto, com o acordo expresso das Partes, considere existirem motivos fundamentados decorrentes da recolha e investigação documental que exijam essa prorrogação, essencial para a sua boa prossecução científica e editorial.
10. Na eventualidade de não estar reunida a dotação para o primeiro ano de trabalhos do Projeto passados 120 (cento e vinte) dias sobre a data de assinatura do presente Protocolo, as Partes definirão, de comum acordo, as medidas corretivas a implementar para viabilizar o Projeto ou, caso não seja possível, a revogação do presente Protocolo, sendo neste caso aplicável o previsto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 12.^a.

Cláusula 4.ª

(Obrigações da entidade gestora do Projeto)

1. O IECCPMA, como entidade gestora do Projeto, assume, a par da gestão financeira do Projeto, a responsabilidade de assegurar a investigação, recolha, cotejamento, transcrição, fixação, revisão e anotação dos textos que formarão a base da Obra e a criação de índices analíticos e glossários, no sentido de garantir a sua produção e publicação, sob a coordenação científica da CIDH- UAb.
2. No âmbito da gestão financeira do Projeto o IECCPMA tem a obrigação de:
 - a) Aplicar e administrar corretamente as contribuições financeiras das Partes, tendo em conta o objeto e finalidades do presente Protocolo, e atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão das mesmas;
 - b) Movimentar a conta bancária destinatária das contribuições financeiras das Partes nos termos dos respetivos Estatutos;
 - c) Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo de cada ano de execução do Projeto e realizar atempadamente todos os pagamentos que sejam devidos a entidades terceiras por força do Projeto, mediante liquidez de tesouraria;
 - d) Respeitar todas as normas legais e regulamentares aplicáveis a todas as atividades, pessoas, materiais e operações envolvidas no Projeto, nomeadamente no que concerne à celebração de contratos de seguro legalmente obrigatórios;
 - e) Cooperar com as Partes no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente Protocolo;
 - f) Apresentar um relatório final e respetivos documentos justificativos da despesa, após a conclusão do Projeto, sem prejuízo do previsto nas alíneas seguintes;
 - g) Prever a realização de auditorias por parte dos serviços competentes das Partes, devendo disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito, bem como organizar e arquivar, autonomamente, a

- documentação justificativa da aplicação das contribuições financeiras concedidas;
- h) Organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos no âmbito deste Projeto, a identificação das receitas e a certificação por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou por Sociedade Revisora de Contas (SROC);
 - i) Prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva, pelos serviços das Partes, nos termos da legislação aplicável;
 - j) Procurar assegurar outras contrapartidas necessárias no âmbito do Projeto, nomeadamente através do Mecenato, ou outras formas que se mostrem adequadas ao regular desenvolvimento do mesmo.
3. Durante o prazo de execução do Projeto, o IECCPMA elaborará relatórios semestrais sobre a execução dos trabalhos definidos no cronograma do **Anexo I**, sem prejuízo da prestação de informação a que está obrigado sempre que isso for requerido por qualquer uma das Partes.
4. No final de cada ano civil, o IECCPMA elaborará um relatório descritivo da atividade realizada nesse ano e das despesas associadas, devidamente documentadas, sinalizando eventuais atrasos no cumprimento do cronograma e apresentar medidas para a sua correção, relatório que terá de ser entregue às Partes até ao final do mês de janeiro seguinte.
5. As Partes deverão apreciar e aprovar o relatório no prazo de dois meses a contar da sua entrega por parte da entidade gestora.

Cláusula 5.ª

(Contribuições financeiras)

1. A primeira prestação da contribuição financeira das Partes identificadas nas Cláusulas 6.ª a 8.ª deverá ser entregue à entidade gestora do projeto no prazo máximo de sessenta (60) dias a contar da assinatura do presente protocolo.

2. As prestações subsequentes serão entregues no 2.º trimestre de cada ano civil, após aprovação do relatório referido no n.º 4 da Cláusula 4.ª.
3. Em caso de força maior não imputável a qualquer uma das Partes, os prazos de cumprimento das obrigações financeiras poderão ser prorrogados mediante comunicação escrita à entidade gestora e restantes Partes.

Cláusula 6.ª

(Obrigações específicas da primeira contraente)

A contribuição financeira global do Município de Lisboa para a concretização do Projeto é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 50.000,00 € (cinquenta mil euros).

Cláusula 7.ª

(Obrigações específicas da segunda contraente)

A contribuição financeira global do Município de Oeiras para a concretização do Projeto é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 50.000,00 € (cinquenta mil euros).

Cláusula 8.ª

(Obrigações específicas da terceira contraente)

A contribuição financeira global da FMBCP para a concretização do Projeto é de 100.000,00 € (cem mil euros), a ser transferido em 5 (cinco) prestações anuais de 20.000,00 € (vinte mil euros), das quais as duas primeiras se encontram efetivamente cumpridas ao momento da celebração do presente Protocolo.

Cláusula 9.ª

(Obrigações específicas da quarta contraente)

A contribuição financeira global da FMP para a concretização do Projeto é de 10.000,00 € (dez mil euros), que se encontra efetivamente cumprida ao momento de

celebração do presente Protocolo.

Cláusula 10.ª

(Acompanhamento do Projeto)

1. Com vista ao adequado acompanhamento do Projeto pelas Partes, a entidade gestora deverá prestar informações regulares sobre a evolução do Projeto a cada uma delas através dos respetivos interlocutores, identificados no **Anexo III** ao presente protocolo.
2. As comunicações entre as Partes deverão ser feitas por escrito, dando-se preferência ao correio eletrónico.
3. As Partes reunirão regularmente e responderão diligentemente às solicitações mútuas, procurando, a todo o tempo, ter um desempenho eficiente, com a integração dos contributos dos parceiros.

Cláusula 11.º

(Presença das Partes)

1. As marcas e ou logótipos das Partes, sujeitos a validação prévia das mesmas, constarão em todas as conferências de imprensa, interações com os média e entrevistas a conceder por membros da equipa técnica, científica e de produção da Obra a órgãos de comunicação social generalistas e especializados.
2. As marcas e ou logótipos das Partes, sujeitos a validação prévia das mesmas, constarão ainda:
 - a) Nos meios de comunicação *online* e *offline*, nos sítios da Internet e nas redes sociais;
 - b) Na ficha técnica dos produtos editoriais do Projeto em todos os suportes e formatos;
 - c) Em todos os materiais impressos de informação, divulgação e promoção da Obra.

3. As Partes comprometem-se durante a vigência do presente Protocolo a divulgar o Projeto nas respetivas páginas eletrónicas, sempre que oportuno.

Cláusula 12.^a

(Formas de extinção)

1. O presente Protocolo pode ser revogado por comum acordo das Partes em qualquer momento da sua vigência.
2. A denúncia deste Protocolo por qualquer uma das Partes deverá ser comunicada às demais mediante um aviso prévio nunca inferior a um ano, não a desobrigando do cumprimento das obrigações assumidas até à produção de efeitos.
3. Caso uma das Partes previstas nas Cláusulas 6.^a a 8.^a não cumpra com as suas obrigações financeiras, perde o estatuto de mecenas/parceiro promotor ao Projeto, não havendo lugar à restituição das contribuições entretanto prestadas, o mesmo se aplicando aos mecenas/parceiros associados.
4. A eventual extinção do Protocolo não implica a devolução às Partes dos montantes previamente transferidos por parte da entidade gestora, desde que estejam devidamente justificados e documentados os gastos por si efetuados e tenham sido aprovados os relatórios a que se refere o n.º 4 da Cláusula 4.^a.
5. Caso haja lugar a devolução por parte da entidade gestora, os montantes não justificados e não documentados serão entregues às Partes na proporção das contribuições efetivamente entregues até à data.

Cláusula 13.^a

(Dúvidas, omissões, litígios e foro competente)

Quaisquer dúvidas ou omissões emergentes do presente acordo, ou das suas alterações ou adendas, nomeadamente quanto à sua interpretação, integração e

aplicação, serão resolvidas por acordo das Partes à luz do princípio da interpretação mais favorável à prossecução do objeto expresso na cláusula primeira e os eventuais litígios não sanáveis pelos contraentes serão decididos, nos termos da lei vigente na matéria, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Celebrado a X de de 2019, em Lisboa, em 6 exemplares de igual valor, ficando um para cada uma das Partes, aceitando estas o seu conteúdo e obrigando-se ao seu total cumprimento, após assinado pelos contraentes das entidades competentes.

Fernando Medina Maciel Almeida Correia

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Isaltino Afonso Moraes

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

António Vítor Martins Monteiro

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium BCP

Armindo Carlos Cortez de Azevedo

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Marquês de Pombal

Paulo Maria Bastos da Silva Dias

Reitor da Universidade Aberta

Susana Mourato Alves de Jesus

Presidente da Direção do IECCPMA

Tomam conhecimento os diretores científicos do projeto:

José Eduardo Franco
Universidade Aberta

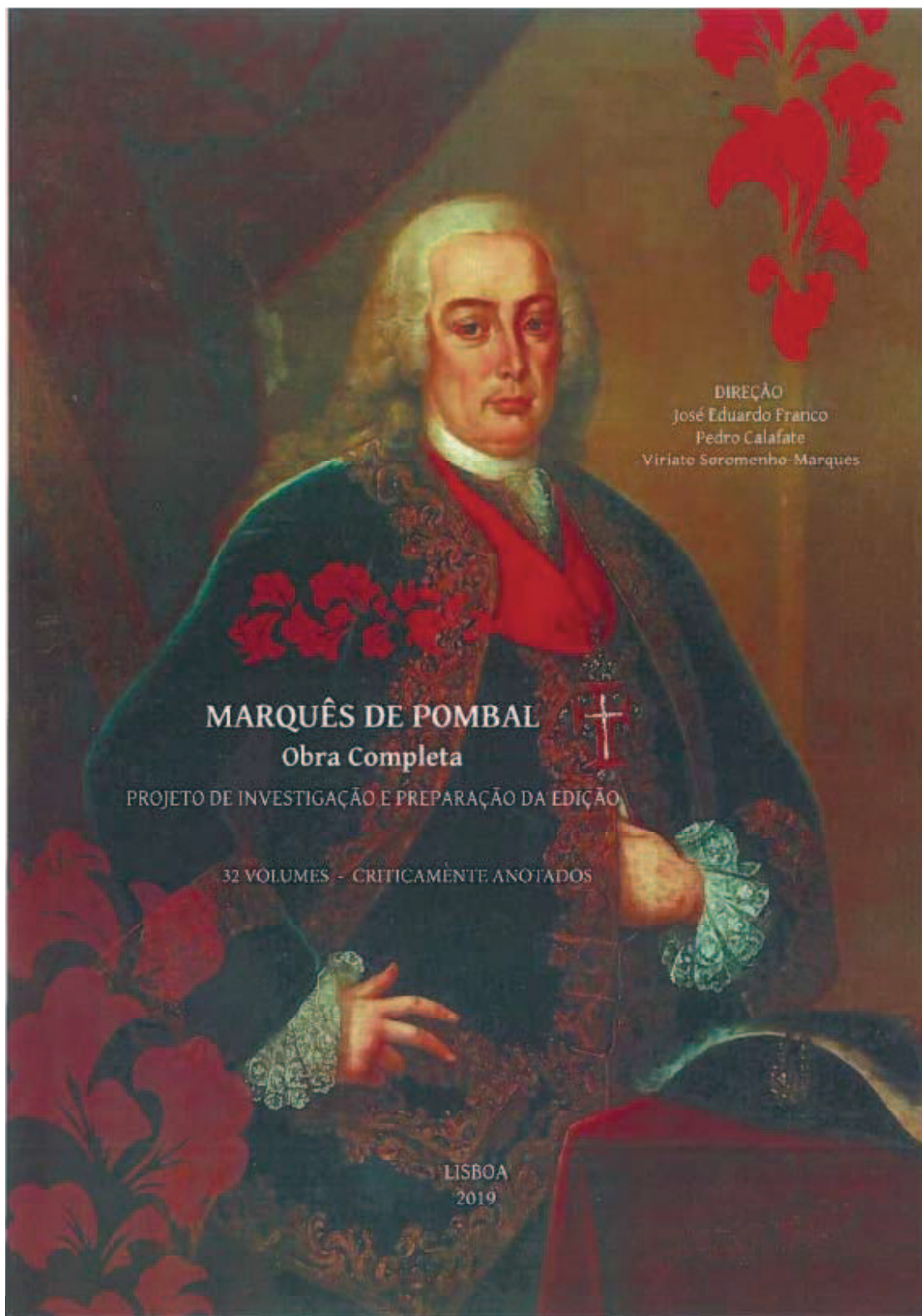
Viriato Soromenho-Marques
Universidade de Lisboa

Pedro Calafate
Universidade de Lisboa

Anexo I

Projeto de Investigação e Edição da Obra de Marquês de Pombal Ações e Cronograma de trabalhos

Ver documento anexo



Lisboa 11|02|2019

Autor e Proponente do projeto

José Eduardo Franco

1. SINOPSE E PERTINÊNCIA DO PROJETO

É bem conhecida a importância histórica do Marquês de Pombal e da sua ação política e diplomática, que o tornou num dos políticos portugueses mais marcantes e de maior projeção internacional. Na verdade, Sebastião José de Carvalho e Melo, diplomata da corte portuguesa junto da corte inglesa e da corte austríaca, e depois “Primeiro-Ministro” de D. José I, legou à posteridade uma vasta obra por ele escrita ou por ele diretamente inspirada.

Esta obra, constituída por manuscritos e impressos, alguns deles inéditos, encontra-se ainda hoje dispersa e mal conhecida, mas merece, em virtude do seu significado histórico, político, filosófico, pedagógico, jurídico, religioso, urbanístico e artístico, uma edição global devidamente enquadrada e criticamente anotada. A preparação da edição da obra completa deste homem que foi uma das maiores figuras políticas de Portugal e da Europa das Luzes será certamente um marco cultural de relevo, bem como abrirá caminho para um conhecimento mais aprofundado da vida, do pensamento e da ação deste político controverso. A viabilização deste projeto de investigação e edição preencherá, sem dúvida, um vazio grave da nossa cultura, que especialistas e interessados no período pombalino identificam recorrentemente e cuja urgência em colmatar reivindicam há muitos anos.

A inexistência da edição da *Obra Completa Pombalina* constitui, de facto, uma tripla falha cultural que obstaculiza fortemente as investigações históricas, em diferentes áreas, sobre o século XVIII português. Com efeito:

1. Constitui-se como a mais grave lacuna no campo da investigação sobre as coordenadas culturais do século XVIII português;

2. Contribui para uma profunda insuficiência no estudo da mentalidade iluminista portuguesa;

3. Concorre para uma profunda insuficiência no levantamento das condições conjunturais da formação do Estado contemporâneo nacional.

Concomitantemente, por carência da compilação da totalidade da obra do Marquês de Pombal, tem-se tradicionalmente absolutizado um conjunto contraditório de interpretações sobre o real papel deste ministro do reino nas profundas transformações políticas, económicas, pedagógicas e de costumes que varreram Portugal na segunda metade do século XVIII. Tal contribuiu fortemente para a consolidação, no imaginário histórico português, do “mito” do Marquês de Pombal, que a copiosa bibliografia passiva adorna positiva e negativamente, num balancear que apenas novas investigações, fundadas na futura obra completa publicada do Marquês de Pombal, poderão superar, estatuidando o real e legítimo papel da ação do Marquês na evolução histórica de Portugal.

Deste modo, a publicação da sua obra completa tenderá, gradualmente, a esvaziar o mito do Marquês de Pombal, reduzindo a sua ação a um plano historiograficamente real.

Assim, a publicação da obra completa da pena única do Marquês de Pombal, juntamente com obras por si orientadas no quadro dos 27 anos do seu consulado governativo, não só se evidencia como um importante e urgente imperativo científico e cultural, como intenta resgatar

uma verdadeira omissão histórico-cultural da historiografia portuguesa. Tendo esta usado o primeiro centenário da morte do Marquês, em 1882, como fonte de propaganda republicana, acentuando o carácter divisório da sua imagem mítica, e o segundo centenário, em 1982, como balanço académico-analítico da sua obra, foi, no entanto, incapaz de promover o que a sua imagem verdadeiramente exigia – a publicação das suas obras escritas –, de modo a esvaziar o “mito” e a deixar emergir a história.

2. OBJETIVOS

Pretende-se com este projeto:

- Fazer o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada;

- Preparar uma edição criticamente anotada e atualizada de toda a obra recenseada;

- Promover a renovação dos estudos pombalinos envolvendo na sua preparação um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores, em que jovens e promissores investigadores possam integrar equipas coordenadas e supervisionadas por investigadores academicamente reconhecidos, proporcionando-lhes uma experiência profissional na área da investigação e permitindo-lhes realizar formação pós-graduada;

- Contribuir para um conhecimento mais aprofundado da vida e da obra do Marquês de Pombal por meio de uma abordagem interdisciplinar e de uma compreensão global, para além das visões parciais motivadas pelas paixões polémicas que ora desvalorizaram grandemente, ora supervalorizaram o significado da sua ação.

3. RECURSOS HUMANOS

Este projeto contará com recursos humanos vários, tendo por base um trabalho em rede:

- A direção do projeto caberá a José Eduardo Franco, coadjuvado por Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques;

- A investigação será atribuída a um grupo intergeracional, interuniversitário, interdisciplinar e internacional de investigadores altamente qualificados;

- As coordenações científicas, a coordenação da pesquisa documental, do trabalho de transcrição paleográfica e da edição textual, a supervisão e revisão linguística e as traduções, serão da responsabilidade de um grupo especializado.

4. PARCERIAS

O Projeto conta com o impulso e colaboração dos Municípios de Lisboa e Oeiras, da Fundação Millennium BCP e da Fundação Marquês de Pombal na qualidade de mecenas promotores, cujo contributo é imprescindível para o início e desenvolvimento dos trabalhos. Conterá, ainda, com o apoio de diversas Universidades, Centros de Investigação, bibliotecas e arquivos nacionais e internacionais.

5. TEMPO E LOCAIS DE REALIZAÇÃO

Este projeto desenvolver-se-á ao longo de 5 anos – com início na data em que esteja reunido o financiamento para o 1.º ano de atividades –, cumprindo-se em cada ano as etapas e os objetivos conducentes à sua cabal concretização.

6. EXECUÇÃO DO PROJETO

Este projeto será levado a cabo por um equipa interdisciplinar apoiada por um conjunto de consultores científicos prestigiados a nível nacional e internacional.

PRIMEIRA FASE:

Identificação, levantamento e consulta da bibliografia passiva, de forma a constituir uma base de dados da bibliografia ativa, manuscrita (autógrafos e apógrafos) e impressa, tendo em conta originais e cópias, identificada nos estudos e investigações realizados anteriormente.

Complementar a base de dados realizada na fase anterior com a pesquisa de novos documentos em várias bibliotecas e arquivos portugueses e estrangeiros, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca da Ajuda, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca do Congresso dos EUA, nos Arquivos Secretos do Vaticano, na Biblioteca Nacional de Roma, na British Library, na Biblioteca Nacional de Espanha, no Arquivo Histórico Nacional de Luanda, na Biblioteca do Instituto Histórico

e Geográfico do Rio de Janeiro, na Biblioteca e Arquivo Público do Pará e na Biblioteca e Arquivo Público de São Luís do Maranhão. Este trabalho de levantamento exaustivo será seguido pelo início do processo de estudo e transcrição paleográfica, fixação linguística, revisão científica, tradução técnica e a elaboração dos primeiros ensaios de anotação crítica.

SEGUNDA FASE:

Leitura paleográfica, identificação, classificação e transcrição dos documentos-fonte, seguida do trabalho de fixação textual, anotação crítica, revisão científica, tradução (de textos em latim e noutras línguas) e preparação pré-editorial.

Anotação do corpus documental, que será ordenado em 10 áreas temáticas (tomos), distribuídas por 32 volumes, a saber:

1. Obra historiográfica, 7 volumes.
2. Obra política, 2 volumes.
3. Obra apologética, 2 volumes.
4. Obra pedagógica, 3 volumes.
5. Obra jurídico-legal, 5 volumes.
6. Escritos económicos, 1 volume.
7. Escritos administrativos (oficiais e particulares), 3 volumes.
8. Correspondência (oficial e particular), 5 volumes.
9. Escritos de teor artístico e urbanístico, 2 volumes.
10. Varia, 2 volumes.

CADA VOLUME SERÁ CONSTITUÍDO POR DUAS PARTES:

1. Estudo introdutório da responsabilidade de um ou mais membros da equipa de investigação de acordo com cada área da especialidade;
2. *Corpus* textual criticamente anotado.

7. PRODUTOS

Em termos de resultados, são pretendidos os seguintes produtos:

- Edição impressa da obra completa, em 32 volumes;
- DVD apenso ao último volume, com uma seleção documental digitalizada;
- Base de dados, em linha e em acesso aberto, com a documentação reunida mais relevante.

8. DESTINATÁRIOS

Este projeto destina-se a leitores do mundo lusófono e aos interessados na história e cultura portuguesas de outros universos linguísticos, dando resposta quer a exigências científicas, quer académicas, quer, ainda, culturais.

9. ESTADO DA ARTE

A obra escrita do Marquês de Pombal tem sido alvo de uma atenção pouco sistemática pela historiografia portuguesa em geral, que se tem socorrido essencialmente de fontes indiretas para

o estudo desta figura marcante e do seu contexto histórico. Tal pode ser constatado, entre outros aspetos, pelo facto de a última edição de maior fôlego das suas *Cartas e Obras Selectas* (publicadas na Tipografia E. J. C. Sanches, de Lisboa) ter acontecido entre 1848 e 1849 – há 150 anos. Acresce que os dois volumes publicados naquela data constituem uma síntese dos cinco volumes editados entre 1823 e 1833, por autor anónimo, na Tipografia de Desidério Marques Leão, também de Lisboa. Estas publicações encontram-se compreensivelmente desatualizadas, face aos atuais critérios de edição de fontes históricas, e a sua organização carece de coerência tipológica (misturando correspondência pessoal do Marquês com a de Estado, avisos regimentais com discursos políticos, elogios históricos com alvarás públicos).

Além de pequenas edições parciais, sem valor académico de monta, com exceção do livro *O Marquês de Pombal. Alguns Documentos Inéditos*, de Júlio Biker, editado em 1882, apenas em 1916 a obra do Marquês de Pombal é de novo publicada, por José Manoel de Noronha, restrita, contudo, à correspondência de apenas quatro anos (1777-1780) do período da decadência, justamente o período de maior inatividade política do Marquês de Pombal, a partir da morte de D. José I (1777). O vazio editorial foi preenchido por publicação avulsa, não raro fundada em critérios amadores ou de propaganda, muitas vezes em jornais políticos, de cartas e pequenos escritos isolados do Marquês de Pombal, sem aparato crítico e dotada de breves introduções.

Nos últimos 20/30 anos, foram publicadas outras obras, nomeadamente, pela Universidade de Coimbra, *O Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, em 1972, e, por José Barreto, em 1986, nas edições da Biblioteca Nacional, os *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*; em 1999, António Lopes, S.J., na editora Principia, publicou o livro *O Marquês de Pombal*

e a Companhia de Jesus. *Correspondência Inédita ao longo de 115 Cartas (1743 -1751)*; Charles Boxer publicou, na Academia das Ciências de Lisboa, em três volumes, datados de 1979, 1980 e 1983, *Descriptive List of the State Papers of Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, contendo materiais abrangendo a permanência de Pombal em Londres como embaixador.

Ademais, poder-se-á afirmar que, para além do vazio historiográfico, marcado pela ausência de uma edição rigorosa da obra completa do Marquês de Pombal, os critérios para publicação de inéditos têm sido sempre individuais e conjunturais. Na verdade, um especialista em sociologia económica faz publicar escritos económicos, um jesuíta faz publicar cartas amáveis do “primeiro” Marquês de Pombal aos jesuítas, a Universidade de Coimbra publica o *Compêndio Histórico* em comemoração dos duzentos anos da primeira edição desta obra.

É intenção do projeto ora proposto, estabelecido em critérios de identificação sistemática de fontes, de leituras paleográficas de raiz e normas de transcrição textuais prévia e rigorosamente definidas coadunadas com os objetivos da edição e o público-alvo, bem como com a relevância e tipologia dos documentos, apresentar a obra completa do Marquês de Pombal numa edição universal, isto é, a edição de todos os documentos identificados, e estrutural, isto é, uma obra de referência.

Assim, porque intentamos uma edição com estas características, incluiremos nos respetivos volumes três livros que, não tendo sido escritos pelo Marquês de Pombal, foram por si orientados, um dos quais emendado e acrescentado pelo seu próprio punho, ainda que da autoria de José Seabra da Silva: *Relação Abreviada* (1757); *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768); *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771).

Inicialmente, e no âmbito do elenco dos documentos pombalinos, ter-se-á em conta trabalhos preliminares importantes que listam obras do Marquês de Pombal. No entanto, e com o propósito de identificar de forma exaustiva todos os documentos pombalinos, as informações constantes das obras referidas serão naturalmente complementadas com as necessárias pesquisas em bibliotecas e arquivos estrangeiros (nomeadamente em Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Brasil) e portugueses ainda não explorados (como, por exemplo, o arquivo do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, ou arquivos municipais e particulares na cidades de Lisboa e Pombal).

10. CRONOGRAMA E ORÇAMENTO

FASE 1: PRIMEIROS 3 ANOS

Ano 1

TAREFAS	ORÇAMENTO	
Recrutamento e formação de investigadores (linguistas, paleógrafos, latinistas, cientistas literários, historiadores, etc.) para a constituição da equipa permanente de trabalho científico e técnico;	RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores	€145.000
Formalização do Conselho Científico internacional;		
Identificação da bibliografia ativa e passiva para constituição de uma base de dados da bibliografia pombalina;	MISSÕES	€35.000
Consulta de bibliografia passiva para identificação de bibliografia ativa identificada por estudos e pesquisas anteriores;		
Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (Espanha, França, Itália, Áustria, Inglaterra);	FORMAÇÃO da equipa de investigação	€3.000
Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual;	EQUIPAMENTO e material de secretariado	€15.000
Transcrição, fixação e revisão dos textos;		
Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação)	BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES	€2.000
TOTAL	€200.000	

Ano 2

TAREFAS	ORÇAMENTO	
Consulta de bibliografia passiva para identificação de bibliografia ativa identificada por estudos e pesquisas anteriores;	RECURSOS HUMANOS	
Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (EUA, Brasil, México, Argentina);	Investigadores, coordenadores, consultores	€145.000
Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual;	MISSÕES	€45.000
Transcrição, fixação e revisão dos textos;		
Realização de traduções técnicas;	FORMAÇÃO	
Anotação crítica de 5 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume;	da equipa de investigação	€3.000
Preparação dos 5 volumes para edição;	EQUIPAMENTO	
Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação)	e material de secretariado	€5.000
	BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES	€2.000
TOTAL	€200.000	

Ano 3

TAREFAS	ORÇAMENTO	
<p>Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (PALOP, Índia, Macau);</p> <p>Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual;</p> <p>Transcrição, fixação e revisão dos textos;</p> <p>Realização de traduções técnicas;</p> <p>Anotação crítica de 8 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume;</p> <p>Preparação dos 8 volumes para edição;</p> <p>Elaboração de um spot sobre a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, vida e obra;</p> <p>Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação)</p>	RECURSOS HUMANOS	
	Investigadores, coordenadores, consultores	€163.000
	MISSÕES	€35.000
	FORMAÇÃO	
	da equipa de investigação	€3.000
	EQUIPAMENTO	
	e material de secretariado	€5.000
	BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES	€2.000
	SPOT	€2.000
TOTAL	€210.000	

FASE 2: ÚLTIMOS 2 ANOS

Ano 4

TAREFAS	ORÇAMENTO	
<p>Pesquisa de documentos inéditos em arquivos, bibliotecas e outras coleções documentais nacionais e internacionais (Rússia, Alemanha, Polónia);</p> <p>Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual;</p> <p>Transcrição, fixação e revisão dos textos;</p> <p>Realização de traduções técnicas;</p> <p>Anotação crítica de 9 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume;</p> <p>Preparação dos 9 volumes para edição;</p> <p>Tarefas de coordenação executiva, administração e gestão (reuniões de trabalho e seminários de investigação e formação)</p>	RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores	€166.000
	MISSÕES	€27.000
	FORMAÇÃO da equipa de investigação	€3.000
	EQUIPAMENTO e material de secretariado	€2.000
	BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES	€2.000
TOTAL	€200.000	

Ano 5

TAREFAS	ORÇAMENTO	
Consulta, cotejamento e seleção de fontes para a edição textual;	RECURSOS HUMANOS Investigadores, coordenadores, consultores	€158.000
	MISSÕES	€20.000
Transcrição, fixação e revisão dos textos; Realização de traduções técnicas;	FORMAÇÃO da equipa de investigação	€3.000
	EQUIPAMENTO e material de secretariado	€2.000
Anotação crítica de 10 volumes e redação de estudos introdutórios para cada volume; Preparação dos 10 volumes para edição;	BIBLIOGRAFIA e DIGITALIZAÇÕES	€2.000
	SEMINÁRIO INTERNACIONAL	€5.000
TOTAL	€190.000	

11. ORGANIGRAMA

DIRIÇÃO

José Eduardo Franco

Pedro Calafate

Viriato Soromenho-Marques

COMISSÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL¹

Adelino Cardoso (Universidade Nova de Lisboa)

Alejandra Vidal (Universidade de Buenos Aires)

Ana Cristina Araújo (Universidade de Coimbra)

Ana Leal de Faria (Universidade de Lisboa)

Ângela Domingues (Universidade Nova de Lisboa)

Annabela Rita (Universidade de Lisboa)

António Braz Teixeira (Universidade Autónoma de Lisboa)

António Casto Henriques (Universidade do Porto)

António Costa Canas (Escola Naval)

António Trigueiros (Universidade de Lisboa)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Arno Alvarez Kern (Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre)

Arno Whelling (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

Artur Anselmo (Universidade Nova de Lisboa)

Bernard Vincent (Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris)

Bruno Cardoso Reis (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

Bruno M. Carvalho (Universidade de Harvard)

Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

Carlos Zeron (Universidade de São Paulo)

Célia Cristina Tavares (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Christine Vogel (Universidade de Vechta)

Cristina Trindade (Universidade da Madeira)

Décio Martins (Universidade de Coimbra)

1. Esta comissão será completada com o decorrer do projeto e com contactos internacionais que se desenvolverão no decurso da pesquisa.

Eduardo Lourenço (Fundação Calouste Gulbenkian)

Eduardo Vera Cruz (Universidade de Lisboa)

Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Fernando Cristóvão (Universidade de Lisboa)

Fernando Machado (Universidade do Minho)

Gerardo Ramírez Vidal (Universidade do México)

Glória de Santana Paula (Universidade de Lisboa)

Guilherme d'Oliveira Martins (Fundação Calouste Gulbenkian)

Íris Kantor (Universidade de São Paulo)

Isabel Drumond Braga (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago)

João Luís Cardoso (Universidade Aberta)

João Vieira Caldas (Universidade de Lisboa)

José António Falcão (Ministério da Cultura)

José Antonio Ferrer Benimeli (Universidade de Saragoça)

José Carlos Miranda (Universidade Católica Portuguesa)

José Carlos Seabra Pereira (Universidade de Coimbra)

José Esteves Pereira (Universidade Nova de Lisboa)

José Ignacio Ruiz Rodríguez (Universidade de Alcalá de Henares)

José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)

José Silva Rosa (Universidade da Beira Interior)

Karl Arenz (Universidade de Belém do Pará)

Kenneth Maxwell (Universidade de Stanford)

Laurinda Abreu (Universidade de Évora)

Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro)

Luiz Eduardo Menezes de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)

Manuel Curado (Universidade do Minho)

Manuel Ferreira Patrício (Universidade de Évora)

Margarida Miranda (Universidade de Coimbra)

Margarida Seixas (Universidade de Lisboa)

Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)

Mariagrazia Russo (Universidade de Roma)

Micaela Ramon (Universidade do Minho)

Norberto Dallabrida (Universidade Estadual de Santa Catarina)

Onésimo Teotónio de Almeida (Universidade de Brown)

Paulo de Assunção (Universidade de Maringá)

Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Pedro Barbas Homem (Universidade de Lisboa)

Pedro Silva Pereira (Universidade de Coimbra)

Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris)

Rui Carita (Universidade da Madeira)

Renato Gonçalves (Universidade de Lisboa)

Sara Marques (Universidade de Évora)

Susana Goulart da Costa (Universidade dos Açores)

Tânia Bessone (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Teresa Pinheiro (Universidade de Chemnitz)

Valmir Muraro (Universidade Federal de Santa Catarina)

Vânia Chaves (Universidade de Lisboa)

Vítor Serrão (Universidade de Lisboa)

Vítor Silva (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa)

EQUIPA PERMANENTE DE INVESTIGADORES ESPECIALIZADOS

Coordenação Executiva: Joana Balsa de Pinho

Supervisão Linguística: Aida Sampaio Lemos

Coordenação da investigação e da transcrição de fontes:
Joana Balsa de Pinho e Ricardo Ventura

Supervisão da fixação e tradução dos textos latinos:
José Carlos Miranda

André Costa	José Carlos Serpa Bernardino	Paulo Drumond Braga
Cristiana Lucas	Lina Oliveira	Renato Pistola
Fernando Figueiredo	Luís Pinheiro	Ricardo Pessa
Filipe Moreira	Madalena Costa Lima	Sara Abreu
Isaías Hipólito	Maria José Figueiredo	Susana Alves
João Cambado	Patrícia Monteiro	Vanda Figueiredo
João Loureiro	Paula Carreira	

2. Esta equipa será completada e consolidada através de seleção e formação cuidada com o início oficial dos trabalhos de preparação do projeto após a assinatura do protocolo.